



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640078 - SP (2021/0012967-4)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : LUIZ FERNANDO MARQUES GOMES DE OLIVEIRA - SP242824
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : EMERSON BARBOSA DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : SERGIO BAHIANO GONCALVES
CORRÉU : JOSE CARLOS DA SILVA
CORRÉU : JOABE FÉLIX DA SILVA
CORRÉU : SIDNEY ALVES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EMERSON BARBOZA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Revisão Criminal n. 0001921-33.2019.8.26.0000 e 0035742-62.2018.8.26.0000).

O paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, a 3 anos de reclusão, por prática de associação para o tráfico, no regime inicial semiaberto. Teria havido apelação pelo Ministério Público, que fora provida para condenar o paciente também por tráfico, tendo a condenação transitado em julgado.

O impetrante sustenta que as revisões criminais estão conclusas para julgamento desde 30 de janeiro de 2020, porém sem previsão de que sejam apreciadas.

Alega a existência de constrangimento ilegal por demora excessiva no julgamento dos pedidos revisionais.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja determinado ao Tribunal de origem que julgue, com urgência, as revisões criminais.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

O presente *writ* não merece prosperar. Inexiste nos autos documento que demonstre a real situação do ora paciente.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência